



[Handwritten signature]

**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
03 DE JULHO DE 2018

N.º 13/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela – Ministério Público – Anabela Maria Gomes da Costa Martins Morais.....	4
2 – Propostas apresentadas pelo Senhor Vereador do PPD/PSD Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles.....	5
 II – ORDEM DO DIA	
 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 22 de junho de 2018.....	6
2 – Recrutamento de Trabalhadores: - Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado – Carreira/Categoria de Assistente Operacional; - Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo (Tempo Parcial) – Técnicos para as Atividades de Enriquecimento Curricular.....	9
3 – 4.ª Edição da Rampa “Santa Marta” - Reconhecimento e Atribuição de Subsídio às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do Concelho.....	16
 DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
4 – Delegação de Competências – Informação do Presidente da Câmara Municipal	17
5 – GLOBALSPORT – Grande Prémio de Portugal Nacional 2 – Emissão de Parecer.....	18
 Serviços de Tesouraria	
6 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 15 a 28 de junho de 2018.....	19
 DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
7 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes	20
8 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência.....	20

9 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Amílcar José de Sousa e Maria de Lurdes do Carmo Pinto – União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	21
--	----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Cultura

10 – Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Conceição da Veiga – Pedido de Participação Financeira.....	24
11 – “ Viso 13 – Confraria do Bruxo” – Participação Financeira.....	24

Serviço do Desporto

12 – Provas de Natação – Campeonatos Regionais.....	25
---	----

Serviço de Ação Social

13 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes – Defesa da Floresta Contra Incêndios – Vigilância Motorizada - Pedido de Participação Financeira....	26
---	----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

14 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião	27
---	----



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela – Ministério

Público – Anabela Maria Gomes da Costa Martins Morais

----- 1 – O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, relativamente a este assunto, informou o Executivo Municipal do seguinte: -----

----- “No seguimento do “pedido de esclarecimento/ajuda” requerido pela trabalhadora do Município, Anabela Maria Gomes da Costa Martins Morais, ao Ministério Público, no qual solicita análise da legalidade da contratação de prestação de serviços na área da Ação Social, mais concretamente do licenciado Daniel Filipe Matos dos Santos. -----

----- A trabalhadora expôs, na sua argumentação, que exerceu funções como assistente administrativa no Município de Santa Marta de Penaguião até finais de 2013, que é licenciada em serviço social e que em 2015 o executivo municipal decidiu contratar, sob o regime de prestação de serviços, um terceiro, licenciado em ação social, para colmatar faltas nessa área de atuação, apesar de integrarem o mapa de pessoal do Município duas trabalhadoras licenciadas nessa área. Acrescentou que a contratação em causa, além de desnecessária, tem uma conotação política e que com a lei que vem regularizar a situação dos precários, se sente penalizada, uma vez mais, na medida em que os colegas licenciados passam a exercer funções como técnicos superiores na sua área de formação e ela própria não se vê contemplada nessa situação. -----

----- O Município respondeu ao que foi argumentado pela requerente, confirmando a contratação da prestação de serviços na área da ação social de Daniel Filipe Matos dos Santos, por considerar que, na altura, a modalidade de contrato de avença era o que melhor assegurava as necessidades do Município, e que não existia qualquer vaga no mapa de pessoal para a categoria de técnico superior da área de ação social. -----

----- A final, o Ministério Público, considerou não existir fundamento para propor ação pública, pelo que ordenou o arquivamento dos autos. -----

----- Do despacho de arquivamento do Ministério Público, o Senhor Presidente da Câmara informou que tenciona requerer alguns esclarecimentos.” -----



**Propostas apresentadas pelo Senhor Vereador do
PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles**

----- 2 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou as seguintes propostas: -----

----- 1.1 – “Período antes da ordem do dia. -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

----- Exmos. Senhores Vereadores -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, vem no período de antes da ordem do dia, apresentar os seguintes assuntos: -----

----- Ponto um -----

----- Tendo conhecimento que foi apresentada uma proposta para homenagear os cidadãos penaguienses que viram as suas vidas precocemente terminar, numa missão militar nas ex-colónias portuguesas. Pelo que temos conhecimento o número de cidadãos a homenagear é de 17 (dezassete). Pelo que na qualidade de vereador desta Câmara venho propor ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -----

----- Que seja afixada junto ao estandarte das bandeiras oficiais do concelho de Santa Marta de Penaguião de Penaguião, um painel metálico banhado a bronze, no qual deverão ser inscritos os nomes dos homenageados a cor dourada, com a indicação das datas de nascimento e falecimento, bem como da freguesia de que são oriundos. Aqueles que perdem a vida ao serviço de Portugal, devem ser eternamente recordados pelo país, mas também pelo concelho a que pertenciam. Compete, por isso, ao Município tomar esta iniciativa, convidando as autoridades oficiais, a população em geral, sem esquecer os familiares desses cidadãos, para a devida homenagem, cujas datas proponho que seja uma das seguintes: -----

----- 13 de janeiro, que corresponde à restauração mais recente do concelho; -----

----- 25 de abril, por simbolicamente assinalar o fim da Guerra Colonial Portuguesa; -----

----- 10 de junho, por corresponder ao dia de Portugal; -----

----- No topo do referido painel deverá constar que se trata de uma homenagem realizada pelo Município e pelos cidadãos de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Ponto dois -----



----- Relativamente à Rampa de Santa Marta sou da opinião que no futuro, sejam tomadas as diligências necessárias, para que os stands dos automóveis sejam montados no centro cívico da Vila de Santa Marta de Penaguião, pois deste modo poderá existir uma maior interação entre o evento e a população em geral. E que o jantar oferecido pelo Município seja realizado no espaço da Praça do Município, redobrando, deste modo a visibilidade do evento junto dos nossos cidadãos. -----

----- Ponto três -----

----- Relativamente ao passeio sénior, sou da opinião que no futuro deverá existir maior rigor nas inscrições, uma vez que, uma percentagem com alguma relevância dos presentes não se enquadrava na faixa etária definida, e alguns dos participantes nem sequer residem no concelho. Chamo ainda atenção para que no futuro, deverá existir um cuidado redobrado no que diz respeito ao mobiliário a utilizar, nomeadamente às cadeiras, que deverão ser adequadas para pessoas com limitações motoras, e deverão ser suficientemente resistentes para evitar as quedas que fomos verificando durante o almoço. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 03 de julho de 2018. -----

----- O vereador, Ass: Daniel Teles -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles." -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 22 de junho de 2018

----- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 22 de junho de 2018: -----

----- “PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 1.1 – Ata da sessão ordinária realizada no dia 27 de abril de 2018 - Aprovada, por unanimidade. -----



----- Ponto 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações e esclarecimentos -
Tomado Conhecimento. -----

----- PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 2.1 – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º
2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) - Tomado Conhecimento. -----

----- Ponto 2.2 - Deliberar sobre a proposta da 3.ª revisão do Plano Plurianual de Investimentos -
2018 (alínea a), n.º1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro –
Deliberação da Câmara Municipal de 15 de maio de 2018). – Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.3 – Deliberar sobre a autorização prévia para a realização de investimentos, a
financiar pela contratação de empréstimos a médio e longo prazos, no montante de
1.324.000,00€, (n.º2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – Deliberação da
Câmara Municipal de 15 de maio de 2018). - Aprovado, por unanimidade, a autorização prévia
para a realização de investimentos, a financiar pela contratação de empréstimos a médio e longo
prazos, nos termos da proposta apresentada e aprovada pela Câmara Municipal. -----

----- Ponto 2.4 – Deliberar sobre a proposta de Regulamento do Campo de Férias do Município
de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de
setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 06 de junho de 2018) - Aprovado, por
unanimidade. -----

----- Ponto 2.5 Deliberar sobre a proposta do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra
Incêndios de Santa Marta de Penaguião (alínea h) do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013 de 12
de setembro e n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 19 de janeiro de 2018 –
Deliberação da Câmara Municipal de 06 de junho de 2018) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.6 – Deliberar sobre o Interesse Municipal do Empreendimento Turístico em Espaço
Rural, Agroturismo – Quinta do Salgueiral – (alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei
75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 06 de junho de 2018) -
Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.7 – Deliberar sobre a Isenção de Taxas Administrativas do Empreendimento
Turístico em Espaço Rural, Agroturismo – Quinta do Salgueiral – (artigo 27.º do Regulamento e
Tabela de Taxas do Município, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à
Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018) -
Aprovado, por unanimidade. -----



----- Ponto 2.8 – Deliberar sobre a Prestação de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão – 2017 - (n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de Junho de 2018) - Aprovado, por maioria, com quatro votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

----- Ponto 2.9 – Deliberar sobre a contratação de empréstimo a médio e longo prazos – 499.000,00€ (Financiamento da Contrapartida Nacional de Projetos com Participação de Fundos Europeus) – (alínea f), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018) - Aprovado, por unanimidade, a contratação do empréstimo, no valor de 499.000,00€ (quatrocentos e noventa e nove mil euros), bem como a autorização prévia da assunção do compromisso plurianual, associado ao contrato do referido empréstimo, nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação. -----

----- Ponto 2.10 – Deliberar sobre a contratação de empréstimos a médio e longo prazos destinado ao financiamento de projetos de investimento – 825.000,00€ (alínea f), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018) - Aprovado, por unanimidade, a contratação do empréstimo, no valor de 825.000,00€ (oitocentos e vinte e cinco mil euros), bem como a autorização prévia da assunção do compromisso plurianual, associado ao contrato do referido empréstimo, nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação.

Ponto 2.11 – Deliberar sobre formas de apoio às Freguesias (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.12 – Deliberar sobre o apoio pontual à Freguesia de Sever (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.13 – Deliberar sobre a Gestão e Exploração Integrada dos Sistemas Municipais de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas – Constituição de Empresa Local, Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A (Decreto-Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018) - Aprovado, por unanimidade, a constituição, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do RJAEPL, de empresa local, sob a forma de sociedade anónima, com a designação Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.,



bem como a transferência da gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas do Município de Santa Marta de Penaguião para a referida empresa, e, ainda, os documentos que fazem parte dos estudos de viabilidade, reorganização e criação da mesma, nos termos da proposta da Câmara Municipal. –

----- Ponto 2.14 – Deliberar sobre o Interesse Municipal do Projeto “Sinalização, marcação e divulgação dos trilhos de Santa Marta” (alínea k) do n.º 2 do artigo 25 do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2.15 – Composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Designação de dois representantes das Freguesias (alínea b) n.º 1 do artigo 3.º-D da Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018) - Eleitos os Presidentes, da Junta de Freguesia de Fontes, Senhor António Paulo Monteiro Pinto Conceição e da União de Freguesias de Lourêdo e Fornelos, Senhor Gil Carlos Lourenço Teixeira, com dezoito votos a favor, dois votos brancos e dois votos contra. -----

----- Ponto 2.16 – Comissão Municipal de Proteção Civil – Designação de um representante das Freguesias, (alínea i), do artigo 41.º da Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto da Lei de Bases da Proteção Civil) - Eleito o Presidente da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e João Baptista) e Sanhoane, Senhor Fernando Borges Moreira, com dezoito votos a favor, três votos brancos e um voto contra.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Recrutamento de Trabalhadores: – Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado – Carreira/Categoria de Assistente Operacional; - Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo (Tempo Parcial) – Técnicos para as Atividades de Enriquecimento Curricular

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----



----- "De acordo com o estipulado no artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da educação. -----

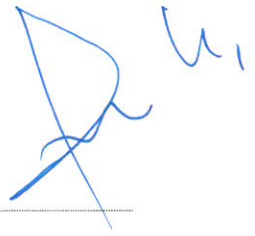
----- A Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, que consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar define os períodos para o desenvolvimento das atividades educativas e, para além destes, prevê que existam atividades de animação e apoio às famílias, conforme as necessidades destas, as quais integram todos os períodos que estejam para além das horas letivas e que, de acordo com a lei, sejam definidos com os pais no início do ano letivo. -----

----- Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário, consagra no seu artigo 14.º que as escolas do 1.º ciclo, no desenvolvimento do seu projeto educativo, devem proporcionar aos alunos atividades de enriquecimento do currículo de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação. -----

----- Quanto ao desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico, o Município de Santa Marta de Penaguião assumiu com o Ministério da Educação a implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular, por força da assinatura com aquele Ministério do contrato de transferência de competências em matéria de educação ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho e suas posteriores alterações. -----

----- A componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico é uma dimensão que importa assegurar, sendo preocupação do Município garantir o acompanhamento dos alunos deste nível de ensino antes e ou depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva. -----

----- Na educação pré-escolar importa, também, assegurar o acompanhamento das crianças antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas. -----



----- Ora, sempre que tal se justifique, teremos as entradas e saídas, os almoços, os tempos após as atividades pedagógicas e os períodos de interrupções letivas, sempre que os pais ou os encarregados de educação, necessitem que os alunos permaneçam no estabelecimento escolar.

----- O serviço de refeições, insere-se na componente de apoio a família, pelo que a sua organização e dinâmica obriga um cuidado específico, uma vez que após o almoço se segue, normalmente, um tempo de lazer livre, maior ou menor, conforme a organização da rotina diária, devendo ser acompanhadas por profissionais que estiverem por elas responsáveis. -----

----- Estamos certos que as atividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico realizadas nos últimos anos, têm contribuído para o desenvolvimento das crianças do Concelho e consequentemente para o seu sucesso escolar. -----

----- A sua continuação é da maior importância, levando à permanência dos alunos na escola face às necessidades das famílias, bem como o facto desses tempos de permanência serem pedagogicamente ricos e complementares nas aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas. -----

----- É com esta certeza e com espírito de missão que a Câmara Municipal, no estrito respeito pela legislação e competências do Município e na prossecução de princípios de igualdade de oportunidades, com vista a elevar a eficácia e qualificação das respostas disponíveis para as famílias, deverá ao abrigo do n.º 3 do artigo 3.º, do n.º 2 do artigo 5.º e da alínea b) do artigo 13.º, da Portaria n.º 644-A/2015, publicada na 2ª série do Diário da República, n.º 164, de 24 de Agosto, do contrato de execução de transferência de competências celebrado entre o Município e o Ministério da Educação e do protocolo de cooperação, de 28 de Julho de 2008, celebrado entre o mesmo Ministério, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, continuar com as atividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular, de modo a assegurar: -----

- i) O acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas; -----
- ii) O acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva; e -----



iii) As atividades de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação. -----

----- A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, estabelece no seu artigo 30.º que o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, sendo que nos termos dos n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo esse recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal e é restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. -----

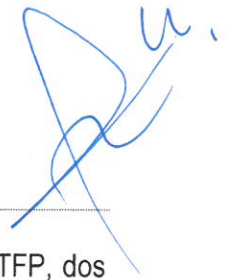
----- Por sua vez, e também mediante procedimento concursal, o órgão ou serviço pode, ainda, recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, de acordo com o n.º 4 do referido artigo, na sua atual redação. -----

----- A Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, na sua atual redação, que aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visavam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública, estabelece no seu artigo 10.º que o recrutamento, nas autarquias locais, depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos: -----

i) Fundamentação na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector de atividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município em que o serviço se integra; e -----

ii) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por recurso a pessoal colocado em situação de “valorização profissional” ou outros instrumentos de mobilidade.

----- No entanto, dispõe o n.º 8 do supracitado artigo 10.º que as necessidades de recrutamento de pessoal resultante do exercício de atividades advenientes da transferência de competências da administração central para a administração local no domínio da educação não estão sujeitas à verificação do requisito do ponto ii) antes referido. -----



----- Nas autarquias locais, o recrutamento a que se refere o n.º 1 do artigo 30.º da LTFP, dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, para ocupar os postos de trabalho em causa, deve ser precedido de aprovação do órgão executivo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho. -----

----- Dispõe, ainda, o artigo 34.º do regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de Maio que nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviço ou recrutar trabalhador, por tempo indeterminado ou a título transitório, sem prejuízo do regime da mobilidade, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional, para as funções ou os postos de trabalho em causa, sendo que a aplicação daquele regime aos serviços da administração autárquica se faz, com as necessárias adaptações, de acordo com o disposto nos artigos 14.º a 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na sua atual redação. -----

----- Nos termos dos artigos 16.º e 16.º-A deste último diploma, no caso das autarquias locais, o exercício das competências previstas para a entidade gestora dos trabalhadores em valorização profissional compete a uma entidade a constituir no âmbito de cada área metropolitana e comunidade intermunicipal e, não estando esta entidade constituída, que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, o Município que os colocou nessa situação assume a posição daquela para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada pelo presidente da câmara, de acordo com o n.º 1 do artigo 15.º do mesmo diploma. -----

----- Importa realçar de novo que o recrutamento de trabalhadores (assistentes operacionais – “auxiliares de ação educativa”) para o exercício de funções resultantes de atividades que resultam da transferência de competências da administração central para a administração local no domínio da educação não está sujeito ao procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional, conforme acima se referiu. -----

----- Assim, nos termos expostos e considerando que: -----

----- 1.- Os factos acima descritos fundamentam ser imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público, subjacente às necessidades de recrutamento dos postos de trabalho para o desempenho das funções referidas; -----



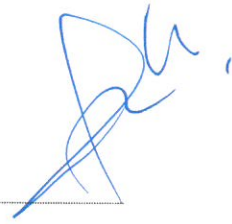
----- 2.- O Município tem vindo a celebrar contratos a termo resolutivo certo para a carreira/categoria de assistentes operacionais (auxiliares de ação educativa) para exercerem funções no Agrupamento Escolar durante todo o ano letivo e que, em virtude disso, nos leva a defrontar com a necessidade de proceder a novo procedimento concursal ano após ano, pois vêm colmatar uma necessidade que perdura durante os últimos anos e é permanente, não obstante a decisão recente da Câmara Municipal decorrente do programa de regularização dos vínculos precários aprovado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de Dezembro, que por força do disposto no seu artigo 4.º, al.ª b), tornou possível regularizar 17 dos 21 trabalhadores na carreira/categoria de assistente operacional com vínculo precário (contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo). -----

----- 3.- Conforme acima referido, o Município de Santa Marta de Penaguião assumiu com o Ministério da Educação a implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular, por força da assinatura com aquele Ministério do contrato de transferência de competências em matéria de educação ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho e suas posteriores alterações; -----

----- 4.- O Município, de acordo com o constante do Relatório de Gestão de 2017, cumpriu com as regras de equilíbrio orçamental, bem como com os limites de endividamento, e que a contratação dos trabalhadores para o exercício das funções relacionadas com as atividades referidas não coloca em causa aqueles princípios, uma vez que a despesa que daí resulta está provisionada no respetivo orçamento, não se encontrando na situação prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua atual redação; -----

----- 5.- O recrutamento dos trabalhadores se inicia sempre de entre trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado ou, caso não haja candidatos nestas condições, pelos trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, conforme o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 30.º da LTFP aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho; -----

----- 6.- O recrutamento para os técnicos das atividades de enriquecimento curricular será adotado o regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de Agosto e Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de Agosto. -----



----- 7.- A inexistência no Município de reservas de recrutamento e de trabalhadores colocados em situação de valorização profissional (artigo 16.º, n.º 1 e artigo 16.º-A – Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 Setembro); -----

----- 8.- Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, a Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade centralizadora com competência para a definição e controle das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, atribuída pela alínea c) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de Fevereiro, informou através de e-mail, a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado para os postos de trabalho a ocupar; -----

----- 9.- Do mapa de pessoal aprovado para 2018, se encontram previstos os postos de trabalho em causa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo certo (a tempo parcial), cujas despesas destinadas a suportar os encargos com as suas remunerações se encontram orçamentadas; -----

----- Propõe-se que o Executivo Municipal delibere aprovar o recrutamento de trabalhadores para ocupação dos correspondentes postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, conforme se refere: -----

- a) De até dois trabalhadores da carreira/categoria de Assistente Operacional (auxiliares de ação educativa) mediante a abertura do procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, destinado a candidatos que se encontrem na situação de valorização profissional, que sejam detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado ou de um vínculo de emprego público a termo ou, ainda, sem vínculo de emprego público, nos termos conjugados dos artigos 30.º e 37.º ambos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua atual redação, do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, na atual redação e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro; -----
- b) De até nove técnicos para a realização das atividades educativas e formativas no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular, mediante a abertura do procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público a termo



resolutivo certo a tempo parcial, pelo período de um ano letivo (2018/2019), nos termos das alíneas f) e i) do artigo 57.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, o qual obedecerá ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de Agosto e Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de Agosto. -----

- c) Que com fundamento nos princípios de racionalização, eficiência e economia de custos, que devem presidir a atividade municipal, na urgência da contratação e no interesse público, no recrutamento, os procedimentos concursais sejam únicos.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da proposta:** -----

1 – A abertura do procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o recrutamento de dois trabalhadores da carreira/categoria de Assistente Operacional (auxiliar de ação educativa); -----

2 – A abertura do procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo a tempo parcial, pelo período de um ano letivo (2018/2019), para o recrutamento de até nove técnicos para a realização das atividades educativas e formativas no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular. -----

4.^a Edição da Rampa “Santa Marta” Reconhecimento e Atribuição de Subsídio às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do Concelho

----- **3 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor:** -----

----- “Realizou-se, nos dias 16 e 17 de junho, a Quarta Edição da Rampa de Santa Marta. -----



----- Reconhecida por todos: organização, pilotos e público em geral, como uma prova automóvel de qualidade de âmbito Regional e Nacional, de sucesso, e de excelente contributo para a promoção do concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- No sentido de dar continuidade ao sucesso reconhecido por todos e, no que à segurança diz respeito, tiveram os corpos de bombeiros do concelho, uma ação concertada, preponderante e eficaz, desde a preparação do Plano de Segurança à realização da prova. -----

----- Neste sentido, tendo sido a segurança da prova fator importante para quem participou como para quem assistiu, quero manifestar o reconhecimento pelo prestigiante contributo e colaboração dispensada pelos corpos de bombeiros do concelho e propor ao Executivo Municipal a atribuição de um subsídio pela disponibilidade e trabalho desenvolvido. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 1.000,00€ (mil euros), a cada uma das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do Concelho, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente
da Câmara Municipal**

----- 4 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- "Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das



competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de junho.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 12 a 28 de junho de 2018. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

GLOBALSPORT – “Grande Prémio de Portugal Nacional 2” – Emissão de Parecer

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “GLOBALSPORT, pretende realizar a prova de ciclismo para o “**GRANDE PRÉMIO DE PORTUGAL NACIONAL 2**” que atravessará Portugal de norte a sul, desde Chaves até Faro, ao longo da EN2, que se realiza entre os dias **18 e 22 de Julho de 2018**, sendo que a prova passará no nosso Concelho. -----

----- De acordo com o artigo 7º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de Março, o pedido de autorização para a realização desta prova é apresentado na Câmara Municipal do Concelho onde a atividade se realiza ou tem o seu termo, no caso de abranger mais de um Concelho, ou seja, no caso em apreço na Câmara Municipal de Faro. -----

----- Uma vez que, este Município tem jurisdição nas vias onde realiza esta prova, compete à Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea e) no nº 2 do artigo 7º do Decreto-Regulamentar referido, emitir parecer quanto à utilização da via pública, o qual conforme os nºs 3 e 4 do artigo 8º, deve ter em conta: -----

1. O interesse da atividade em causa relativamente ao interesse de garantir a liberdade de circulação e normalidade do trânsito; -----
2. O número de participantes; -----
3. A importância das vias envolvidas no que respeita à capacidade de escoamento de tráfego; e -----
4. A segurança e a fluidez da circulação. -----



----- Assim nos termos do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005 de 24 de Março, deve o pedido ser presente à reunião do Executivo Municipal com vista a deliberar quanto ao parecer a que se refere a alínea e) do nº 2 do artigo 3º do mesmo diploma, quanto à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização da prova desportiva referida.” –

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar parecer favorável à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização do evento “GRANDE PRÉMIO DE PORTUGAL NACIONAL 2”.** -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 15 a 28 de junho de 2018

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 15 a 28 de junho de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	28/06/2018
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais		3 310 481,81
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	2 878 226,87	
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	432 254,94	
Receitas Orçamentais		3 263 667,72	Operações de tesouraria		190 650,73
Correntes	3 044 459,62		Saldo para o dia seguinte:		167 470,05
Capital	219 208,10		Execução orçamental	46 137,72	
Operações de tesouraria		211 106,92	Operações de tesouraria	121 332,33	
Total		3 668 602,59	Total		3 668 602,59

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Delegação de Competências - Informação do
Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro,
José Manuel Moreira Lopes**

----- 7 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de junho de 2018 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Imposto Municipal Sobre as Transmissões
Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito
de Preferência**

----- 8 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----



----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 1 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de abril, de 2018. -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe "**Direito de preferência de organismos públicos**", pode ler-se "se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas colectivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu". -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes Serviços Técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º
da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro – Requerente: Amílcar José de
Sousa e Maria de Lurdes do Carmo Pinto – União das Freguesias
de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane**

----- 9 – Presente à reunião requerimento do Senhor Amílcar José de Sousa e Maria de Lurdes do Carmo Pinto, na qualidade de co-proprietários, a solicitarem a emissão de parecer nos termos



do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de celebração de uma escritura de doação de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- "1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, o Sr. Amílcar José de Sousa e Maria de Lurdes do Carmo Pinto, na qualidade de co-proprietários, solicitam a emissão de parecer favorável a que se refere o artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de Setembro, e ulteriores alterações, para instruir a escritura de doação do prédio que passo a descrever: -----

----- - da quota de 2/15 do prédio rústico, sito no lugar de Tumbios ou Inferno, com a área de 1624 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 601-1D, da União de Freguesias Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, descrito na Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 1757. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1. Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe "Medidas Preventivas", "a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios". -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o "parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana". -----

----- 2.2. Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extratos se encontram anexos, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----



Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
601-1D	PDM	O prédio rústico parte insere-se em: - Espaços predominantemente habitacionais de nível III; - Espaços agrícolas

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- De acordo com o pedido em questão, pretende o requerente ampliar o n.º de compartes no prédio citado na proporção de 2/10 indivisos para cada um dos seguintes donatários: António Pinto de Sousa e Ana Rosa Pinto de Sousa. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de doação, visando a ampliação do n.º de compartes no artigo 601-1D, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável ao aumento do número requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviço da Cultura**

Comissão de Festas em Honra da Nossa

Senhora da Conceição da Veiga – Pedido

de Participação Financeira

----- 10 – Presente à reunião ofício da Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Conceição da Veiga, registado sob o n.º 1413 de 26 do corrente mês de junho, com o seguinte teor: -----

----- “Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Conceição da Veiga, pessoa coletiva 508431042, vai realizar no fim-de-semana de 11/12 de Agosto de 2018, as festividades em Honra da “Nossa Senhora da Conceição”. -----

----- Face ao exposto solicitamos a V.ª Ex.ª que, apesar das dificuldades orçamentais, considere a participação monetária para a realização de tal evento. -----

----- Desde já ficam convidados V.ª Ex.ª, bem como a sua equipa autárquica para nos honrarem com a vossa presença.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira, no valor de 200,00€ (duzentos euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis. -----

VISO 13 – Confraria do Bruxo

- Participação Financeira

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----



----- "A empresa Viso Winter Park /Junta de Freguesia de Fontes e CCD Fontes, vem por este meio pedir um patrocínio para o evento Viso13 (4ª edição/Julho) que se irá realizar na Freguesia de Fontes, lugar do Viso, dando assim continuidade ao sucesso das edições anteriores. -----

----- O cartaz desta edição será totalmente dominado pelos Fontenses, desde a comida de pote (Fundação), bebidas/Bar exploradas pela comissão de Festas da Senhora do Viso. -----

----- O espetáculo estará a cargo dos músicos de Fontes com o "Baile do Bruxo13". -----

----- Viso é Fontes, Fontes é Santa Marta de Penaguião. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira, no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), a transferir para o Centro Cultural e Desportivo de Fontes, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis. -----**

Serviço do Desporto

Provas de Natação – Campeonatos Regionais

----- 12 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- "O Campeonato Regional de Natação, realizado nas piscinas exteriores, reúne, ano após ano, mais jovens atletas e atrás deles os seus clubes. Todos se deslocam a SANTA MARTA de Penaguião para assistir ao Campeonato de dois dias, este ano, 07 e 08 de Julho, sendo que as famílias que acompanham criam um dinamismo económico visível. -----



----- Para fazer face às despesas inerentes à atividade, nomeadamente no pagamento aos árbitros, lembranças, medalhas, almoços da equipa técnica, proponho que se autorize a despesa até ao valor de 2.800,00€." -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, autorizar a despesa até ao montante de 2.800,00€ (dois mil e oitocentos euros), sendo 400,00€ (quatrocentos euros), a transferir para a ARNM – Associação Regional de Natação do Nordeste, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis. -----

Serviço de Ação Social

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes – Defesa da Floresta Contra Incêndios – Vigilância Motorizada – Pedido de Comparticipação Financeira

----- 13 – Presente à reunião ofício da Associação Humanitária dos Bombeiro Voluntários de Fontes, registado sob o n.º 1415, de 27 do corrente mês de junho, com o seguinte teor: -----

----- "O período tido como mais crítico no que concerne aos incêndios florestais, denominado este ano por - **Reforçado – Nível IV** - terá início a 1 de julho e decorrerá até 30 de Setembro. ----

----- A vigilância motorizada é considerada no Plano Operacional Municipal (POM), como mais um meio de sensibilização, de pedagogia, de alerta e de aviso das populações, principalmente as localizadas na interface urbano-florestal e, desta forma, contribuir para a desejável diminuição de ocorrências relativas a incêndios florestais. -----



----- Com o apoio da Câmara Municipal, tem nos últimos anos, o Corpo de Bombeiros Voluntários de Fontes, com os dois veículos motorizados que possui, feito a prevenção e vigilância das zonas mais críticas de povoamento florestal, bem como a sensibilização das populações. -----
----- Tem-se verificado em anos transatos que esta vigilância é por vezes uma primeira intervenção, um primeiro alerta, evitando assim, situações potencialmente mais complicadas. ----
----- Neste sentido, venho solicitar a V. Ex^a., à semelhança de anos transatos, que o município possa disponibilizar a ajuda financeira à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes para esse efeito, que se estima para combustível, manutenção de equipamento e turnos de vigilância a realizar de 15 de julho a 15 de setembro em cerca de 1900.00 €." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 1.900,00€ (mil e novecentos euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 14 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:40 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)